

REGENERAÇÃO RURAL

UM PROCESSO INDISPENSÁVEL PARA AS ILHAS DE S.T.P.

As ilhas de S. Tomé e Príncipe viveram durante anos da sua história períodos gloriosos de produção agrícola, dinamizado pela existência de grandes extensões de roças que contribuíram para o aumento da capacidade de exportação e estabilidade económica e social do país. Mas, nos tempos que correm, a capacidade das roças para dinamizar a economia e mobilizar a sociedade é praticamente nula, ou seja, elas deixaram de produzir e de ter rentabilidade económica e financeira, e consequentemente as ilhas perderam capacidade de produção interna. Importa ter presente que, actualmente, o arquipélago de S. Tomé e Príncipe apresenta um quadro económico bastante deficitário, evidenciando um aumento massivo das importações, uma queda acentuada da produção agrícola, grandes carências de fábricas e indústrias, uma grande instabilidade económica e financeira e uma dependência das ajudas externas.

Como se sabe, as sociedades actuais deparam-se com uma conjuntura de profunda crise económica e financeira, marcada por falta de emprego, falência de grandes empresas, despedimentos em massa, com implicações na degradação das condições sociais das populações e aumento da insegurança alimentar. Tratando-se de uma crise global, as ilhas de S. Tomé e Príncipe como um país totalmente dependente das ajudas externas, e com as suas roças evidenciando uma capacidade de produção nula, encontram-se numa encruzilhada com um quadro económico-social crítico e insustentável. Estudos desenvolvidos pelos peritos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial evidenciaram o facto do país não ter capacidade de produção, de não conseguir viver com os seus recursos internos, instando por isso as autoridades nacionais a adoptarem condições que melhorem o aumento da produção nacional.

Efectivamente, para que tal seja possível de forma sustentável, o país deverá dispor de políticas e instrumentos orientadores que facilitem a implementação de medidas e de programas que criem as condições indispensáveis à circulação de pessoas, bens e serviços, acabando assim com barreiras naturais e obstáculos físicos e criando as acessibilidades indispensáveis para que o desenvolvimento económico seja, não apenas viável, mas também acessível à todos.

Neste contexto, ganha importância e pertinência a **regeneração das roças** como forma de procurar soluções que reduzam a desproporcionalidade social e propiciem a estabilidade macroeconómica das ilhas. Entendidas como espaço físico e agrícola estruturantes do arquipélago, as roças representam, no seu agrupado, uma importância capital no campo do património histórico e cultural, do ordenamento do território e urbanismo e como um indiciador da modernização e desenvolvimento territorial. Nestas circunstâncias, será tempo de encontrar um modelo de **regeneração sustentável** que assente sobretudo na reabilitação e revitalização das infra-estruturas, dos aspectos sociais e culturais, dos aspectos económicos, com particular atenção para a renovação agrícola e adequação ao turismo e outras actividades vitais.

MODELO DE REGENERAÇÃO - CASO DA ÁGUA IZÉ

Roça Água Izé era pertence da companhia agrícola da ilha do Príncipe, tendo como representante João Maria de Sousa Almeida (1º Barão de Água Izé). A roça assemelha-se a uma pequena vila rural, ornamentada por uma grande mancha verdejante e com uma frente marítima extensa, contemplando a baía da Praia Rei, a Praia do Plano e a Boca do Inferno. Na sua organização espacial, apresenta uma Sede e várias Dependências (Santo António, Nova Olinda, Monte Belo, Mato Cana, Quimpo, Castelo, Francisco Mantero, Mendes da Silva, Anselmo Andrade, Ponta das Palmeiras, Olivares Marin, Bernardo Faro, Mestre António e Claudino Faro).

Tirando partido da posição geográfica, pulcritude natural, conjunto de infra-estruturas e um solo agrícola rico da Água Izé, considero que a aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável à realidade roceira apresentam-se como a melhor via para resolver a situação insustentável da roça, impulsionando projectos de mudanças no âmbito de políticas económicas, socioculturais e de ordenamento territorial de amplo alcance, que sejam coerentes com as exigências ambientais e as exigências do crescimento económico, segundo uma perspectiva de médio e longo prazo.

OBJECTIVOS GERAIS DO MODELO

- Promover o ordenamento pleno da roça, visando corrigir assimetrias e conferir qualidade e funcionalidade ao sistema rural;
- Desenvolver uma política de habitação qualificada, valorizando os padrões de localização residencial e qualificação das envolventes;
- Requalificar e construir a rede viária local, tendo em vista a cobertura total da roça e melhoria da qualidade destas infraestruturas;
- Qualificação do sistema de saneamento local, promovendo melhorias no sistema de abastecimento e drenagem de águas residuais e pluviais, bem como a recolha e tratamento de resíduos domésticos;
- Promoção e desenvolvimento dos vários seguimentos do turismo, assim como a diversificação agrícola com ênfase para a recuperação do cacau e café;
- Promover a melhoria das condições de bem estar e de integração social e cultural das pessoas, qualificando os recursos humanos, melhorando os cuidados de saúde e os níveis de acesso ao emprego e lazer;
- Outros.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO MODELO

- Criar um Plano de Ordenamento da roça, salvaguardando zonas edificadas, zonas agrícolas e zonas litorais. Definir um verdadeiro Plano de Rurbarnização para Água Izé;

- Criar condições para o desenvolvimento da agricultura, apostando na diversificação agrícola, organização dos agricultores em cooperativas, criação de postos de armazenamento, conservação, venda e escoamento dos produtos agrícolas;
 - Reabilitação das casas tipo “*comboios*”, aumentando as áreas de habitação. Reabilitação das casas tipo “*chalet*”, mantendo as volumetrias e as áreas se possível. Construção de novas habitações com volumetrias de dois pisos e com fogos do tipo T2 e T3;
 - Reabilitação dos antigos edifícios hospitalares, visando a criação de uma grande unidade hoteleira rural (**Hotel Rural - Água Izé**) na Sede com restaurantes, bares e outras valências. Construir também uma marina perto da baía da praia Rei. Se possível, instalar uma pequena estalagem rural nas respectivas Dependências.
 - Requalificação do posto de saúde local, criando outras valências de atendimento, nomeadamente uma farmácia local de serviço permanente ao público;
 - Requalificação da rede escolar, valorizando valências de infantários e escolas primárias e básicas. Construção de um centro de artes-ofícios e formação profissional, com aposta forte nos cursos profissionais de técnicas agrícolas, hotelaria, bar e restauração, atendimento ao público, guias turísticos e outros;
 - Construção de um centro de dinamização social, cultural e recreativo. Construção de espaços para dinamização de actividades comerciais, tais como: mercado comunitário, lojas de artigos artesanais, produtos de gastronomia, etc.;
 - Construção de um posto para polícia de segurança pública e serviços de informação para moradores e visitantes;
 - Criação de zonas verdes, zonas de lazer, zonas de estacionamento de viaturas, etc.;
 - Reabilitação e construção de infra-estruturas, nomeadamente rede viária, rede de eléctrica, telecomunicações, etc.;
- Outros.

Concluindo, creio que o acentuado colapso das roças, a rejeição da prática da agricultura roceira em detrimento e outras actividades, e a inexistência de políticas que pugnam pela recuperação e renovação destas instalações provocaram um vazio na economia nacional, propiciando deste modo a degradação social e económica das populações. Com este artigo procuro responder a questão de fundo, em que medida as roças poderão ser vistas, se existir vontade política como um recurso potencial para o desenvolvimento de S. tomé e Príncipe. A materialização deste processo de **regeneração** visa a revalorização da ruralidade santomense, merecendo uma atenção adequada dos políticos de STP, no que concerne a criação de condições necessárias para investimentos públicos e privados devidamente sustentados e com relevância local e global.

Eng.º Estevão Glória Sousa